



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.
Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

SERVIÇO SOCIAL À LUZ DO DEBATE DE GÊNERO: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA PROFISSIONAL CRÍTICA

Rhanna da Silva Henrique¹
Barbara de Castro Batista²

Resumo: É possível perceber que o Serviço Social carrega marcas históricas de sua vinculação com o gênero, precisando superá-las. A partir da reflexão teórica, busca-se apontar caminhos para o fortalecimento do debate crítico de gênero no interior da categoria. Dessa forma, é importante que o gênero seja apreendido como um conceito transversal à prática profissional em todos os âmbitos.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Serviço Social.

Abstract: It is possible to perceive that the Social Service carries historical marks of its link with the genre, and need to overcome them. From the theoretical reflection, it is sought to point out ways to strengthen the critical gender debate within the category. Thus, it is important that gender be perceived as a concept that is transversal to professional practice in all spheres.

Keywords: Gender. Patriarchy. Social service.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma reflexão teórica suscitada a partir das experiências vivenciadas pelas autoras ainda na fase da graduação, em seus respectivos campos de estágio supervisionado. A partir de suas inserções na política de saúde – em uma maternidade municipal e duas enfermarias de pediatria em hospitais gerais, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro – percebeu-se o debate de gênero como um aspecto transversal ao cotidiano profissional de assistentes sociais.

Nesses campos de atuação, apesar de inúmeras diferenças, as semelhanças de lugares permeados majoritariamente por mulheres sobressaem. A feminização do cuidado atravessava a maternidade, quando as mulheres eram acompanhadas durante todo o período da gravidez por outras mulheres de sua família, sem apoio do genitor. Nas pediatrias era comum as mulheres abdicarem de seus empregos, assumindo sozinhas a função de realizar o acompanhamento das crianças cronicamente adoecidas, somando a isso os cuidados com outros membros da família. Além disso, como reflexo da sociedade, o

¹ Estudante de Graduação. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. E-mail: <rhannahenrique25@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Programa de Pós Graduação em Memória Social da Unirio. E-mail: <rhannahenrique25@gmail.com>.

machismo encontrava lugar privilegiado para sua perpetuação, em atitudes e falas reproduzidas tanto pela própria população usuária, como por profissionais.

Atualmente, nas distintas experiências de pós-graduação das autoras - mestrado em Memória social e residência multiprofissional em saúde da família - o tema permanece pulsante e vivo. Isso nos possibilita continuar pensando o gênero, agora sob diferentes óticas dentro na área acadêmica, onde fez-se a escolha de trabalhar com o grande tema de gênero; e na ponta do serviço, em uma clínica da família - ambos locais privilegiados para a reflexão teórica do cotidiano.

Em se tratando desta categoria profissional específica, o Serviço Social, formada por 97% de mulheres³ e que na sua intervenção profissional atende majoritariamente mulheres, concordamos com Iamamoto (2000) quando a autora diz se tratar de uma profissão predominantemente feminina: feita por mulheres e para mulheres. Ademais, faz-se essencial pensar o Serviço Social inserido no fluxo da história e permeado pelas diversas contradições da sociedade, entre elas a de gênero. Dessa forma, o debate de gênero traz subsídios para a qualificação profissional, bem como ratifica o compromisso estabelecido hegemonicamente por assistentes sociais na busca por uma sociedade igualitária, livre de opressões de qualquer natureza.

O principal objetivo dessa produção é contribuir para a criação de caminhos que apontem para o fortalecimento do debate crítico de gênero no interior da categoria profissional de Serviço Social. Como base metodológica para pensar o objeto proposto, nos apoiamos no materialismo histórico dialético de Karl Marx. Rejeitando a apreensão ortodoxa/dogmática da teoria marxista, entendemos que a maior contribuição do autor foi a perspectiva teórico-metodológica que nos permite pensar a transformação da realidade a partir dela própria.

Veloso (2014), ao discorrer acerca da relação entre gênero e marxismo, afirma o método como ferramenta que permite a superação de suas próprias análises, pois toma a história como dinâmica, detentora de movimento. Além disso, apreender o gênero à luz do método de Marx significa colocá-lo no bojo das relações sociais, interagindo com outras categorias que constituem a produção e reprodução da vida, com destaque para classe e raça/etnia.

A filósofa e professora Angela Davis (2011), importante mulher negra, ativista e pensadora, em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”⁴, também chama

³**Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional** / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]-- Brasília: CFESS, 2005. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 29 Abr 2019.

⁴ DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em 01 Mai 2019.

atenção para uma apreensão marxista que não crie uma hierarquia de opressões, entendendo classe, gênero, raça/etnia como um emaranhado no qual todas as categorias possuem a mesma relevância.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que o gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

Dito isso, apresentar a vinculação histórica entre gênero e Serviço Social, bem como pensá-la na atualidade, cria bases para ratificar a direção hegemônica da categoria – inspirada no marxismo – de luta pelo fim das desigualdades de gênero e para a criação de propostas críticas e criativas a serem incluídas nos processos de formação, práticas e qualificação profissional.

SOBRE A CATEGORIA GÊNERO

Para pensar o conceito de gênero, nos apoiamos no pensamento de Saffioti, que o caracteriza como “a construção social do masculino e feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Essa construção não se restringe aos papéis sociais, mas interfere também direta e concretamente na produção e reprodução material da vida, como será explicado adiante.

O termo “gênero”, além das relações homens/mulheres, refere-se também a relações entre homens/homens e mulheres/mulheres. Dessa forma, o gênero é abrangente e pode, futuramente, vir a expressar relações igualitárias e diversas. Contudo, à luz do processo histórico, o termo liga-se ao conceito de patriarcado, que é um sistema de dominação e exploração específico, no qual tem-se uma supremacia masculina, com homens exercendo poder sobre as mulheres. Isso não significa dizer que o patriarcado está restrito a relações interpessoais e/ou não é reproduzido também por mulheres.

Apesar de estar consolidada e ser uma das engrenagens de sustentação da máquina de exploração capitalista, não é possível dizer que a lógica patriarcal está ontologicamente ligada a ele⁵. Essa já existia antes do capitalismo e, da mesma forma, pode ser posterior a ele (SOUZA, 2006).

Assim, na sociedade capitalista patriarcal atual, o gênero supõe relações de poder e hierarquia. Por isso, ao dizer que alguém é mulher, supõe-se uma noção de sexo, trazendo outras associações socialmente construídas, como, por exemplo, a noção da vocação inata para maternidade, passividade, afetividade etc. O mesmo ocorre com os homens que, desde

⁵ Ver BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

a infância, são convocados à construção de uma masculinidade tóxica, constituindo-se a partir de categorizações imbuídas de estigmas, associadas a qualidades e valores sociais ligados à moralidade vigente.

Se pensarmos o gênero apenas sob a ótica da apreensão individual e subjetiva que homens e mulheres têm do mundo, as diferenças tenderão a ser postas exclusivamente no âmbito das relações interpessoais (BEZERRA E VELOSO, 2004). Além da construção da subjetividade, os gêneros interferem também direta e concretamente na produção e reprodução material da vida. A estrutura econômica da sociedade organiza-se a partir das relações estabelecidas em razão dos gêneros, bem como do “sexo, classe, idade, raça etc” (IZQUIERDO, s/d).

Há uma divisão sexual do trabalho na qual existe diferenciação nos modos como o masculino e o feminino contribuem para a produção da vida (BRUSCHINI, 2000). Cabe às mulheres a realização de tarefas ligadas à reprodução da força de trabalho, na esfera privada do lar, sem remuneração⁶ e/ou reconhecimento; ao passo que homens são associados ao trabalho produtivo do capital, relacionados ao trabalho público, fora do lar. Deste modo, socialmente está atribuído neste gênero o lugar de produtor direto de mais-valia, sendo também, em certa medida, aviltante para os próprios homens.

Há então uma separação do lugar onde a principal atividade econômica é desenvolvida (fora da casa) e o lugar onde a reprodução da vida continua ocorrendo (os cuidados com os/as filhos/as, com os/as velhos/as e doentes, moradia e lugar das refeições) – dentro da casa (SOUZA, 2006, p. 105).

Mesmo que ocupem atualmente também a vida pública, há de se ter atenção para o fato de, ainda hoje, serem as mulheres as protagonistas quando se trata de reprodução social. Tampouco vivenciam esse espaço nas mesmas condições que os homens. Somam-se à jornada de trabalho, os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, além de receberem salários inferiores pelos mesmos cargos na vida pública. Ao assumirem todos esses papéis, as mulheres contribuem de diferentes formas para a produção da riqueza social. Dados do IBGE (2015)⁷ colaboram com o debate ao mostrar que em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas (isto é, as que trabalhavam fora de casa) realizavam afazeres domésticos e de cuidados, quadro semelhante ao de 2004 (91,3%). Ou seja, não há a substituição de trabalho, apenas acúmulo. Em contrapartida, a porcentagem de homens na mesma situação chegou a 29,3%, número significativamente inferior em comparação às mulheres.

⁶Ver FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

⁷ Estatísticas Sociais. **SIS 2015: desigualdades de gênero e racial diminuem em uma década, mas ainda são marcantes no Brasil**. Agência IBGE. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9626-sis-2015-desigualdades-de-genero-e-racial-diminuem-em-uma-decada-mas-ainda-sao-marcantes-no-brasil>>. Acesso em 20 Mar 2019.

As bases de sustentação dessa lógica explicam-se a partir de construções políticas, ideológicas, econômicas, linguísticas e institucionais. Ou seja, desenvolve-se historicamente, no âmbito da superestrutura, uma cultura que torna possível a reprodução e perpetuação de práticas sociais, colocando mulheres como inferiores. Essa realidade se agudiza ao pensarmos em mulheres negras. O Atlas da Violência de 2018⁸ comprova a veracidade do fato ao colocar em números algumas violências sofridas pelas mulheres. No ano de 2016, 54% dos casos de estupro foram de mulheres pretas e pardas, além desta população também ser a que mais morre; de 2006 a 2016, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras, houve queda de 8%.

Contraditoriamente a todos esses dados e à história pulsante de violência contra as mulheres no país, em janeiro do presente ano, o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse fez a seguinte declaração: “Vamos unir o povo, valorizar a família respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”⁹. Diante de todas as incongruências verborrágicas enunciadas pelo atual Presidente da República, destacamos o trecho “combate à ideologia de gênero”, para colocar em questão a vilanização do termo, apropriado e apreendido de maneira distorcida por setores conservadores da sociedade.

Diante de sua potência, não é casual que o conceito “gênero” seja tomado sob tal perspectiva. Arelado aos eixos de classe e raça/etnia, o estudo de gênero colabora para a quebra de paradigmas, ameaçando ideias e costumes arraigados na sociedade - verdadeiros pilares da ideologia patriarcal e capitalista. Em tempos de disputa ideológica do conceito, a associação entre gênero e marxismo permite posicioná-lo politicamente à esquerda do debate, tomando-o não como um fim em si mesmo, mas como potencial vetor de transformação de uma realidade na qual o gênero traduz-se a partir de relações desiguais e de opressão.

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: MARCAS NA HISTÓRIA

O debate de gênero, numa perspectiva crítica, caminha a passos lentos no interior do Serviço Social. A “questão social”, principal objeto de intervenção de assistentes sociais,

⁸ CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 02. Mai. 2019.

⁹ **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso**. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 de Janeiro de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em 01 Jun 2019.

possui uma dimensão de gênero, referente às injustiças e iniquidades em que estão vivendo os sujeitos sociais, principalmente as mulheres (BEZERRA E VELOSO, 2004). No entanto, o gênero ainda é tratado como um debate à parte e não como uma ferramenta teórica, transversal a todos os âmbitos da profissão e que contribui para a compreensão das relações sociais.

É possível, porém, dizer que a relação entre Serviço Social e gênero é antiga. Ainda que não houvesse essa compreensão na época, a profissão encontra com o gênero desde o momento de seu surgimento. Ora, uma categoria que nasce e se corporifica através de mulheres, com uma “clientela” composta por mulheres e inserida no bojo das relações sociais, está a todo tempo conversando com questões de gênero.

Quando, na década de 1930, o Serviço Social surge no Brasil, calcado na doutrina social da Igreja, seu principal objetivo é arrefecer os ânimos da classe trabalhadora, para que ela aceitasse, através da coerção, a condição de dominação e exploração que lhe era imposta. Não por acaso as mulheres foram chamadas a ocupar lugar na profissão. Existia ali - como existe ainda hoje - a expectativa de que essas desempenhassem papéis sociais designados historicamente para mulheres. Segundo Iamamoto (2014), por um chamado da “vocação”, esperava-se delas condutas relacionadas a abnegação de si, ajuda ao próximo, caridade, tutela, zelo, calma, passividade.

As duas passagens abaixo revelam as bases machistas em que foi construída a profissão. Os trechos foram retirados de teses apresentadas em eventos de Serviço Social, entre os anos 1930 e 1940. A atuação das primeiras assistentes sociais era fortemente marcada por um viés moral e conservador, reforçando a constante culpabilização e responsabilização das mulheres no âmbito da família.

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Data de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, as crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e passiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (KIEHL *apud* IAMAMOTO, p. 182 2014)¹⁰.

Não somente é justificável a ação feminina social como ainda é indispensável (...) não tem a mulher na sociedade a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe de sociedade (CEAS *apud* IAMAMOTO, p. 183,2014).¹¹

As concepções referentes ao “ser mulher” e aos papéis sociais que elas deveriam ocupar eram naturalizados, encontrando explicações simplistas, baseadas em fatores

¹⁰ Maria Kiel. **Trabalho da Mulher Fora do Lar**. Tese apresentada na 4ª Semana de Ação Social. São Paulo, 1940.

¹¹ Tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS na sessão que se realizou no dia 13 de maio de 1933. Arquivo da Escola de Serviço Social da PUC.

biológicos. Embora o Serviço Social, ao longo de sua história, tenha passado pelo Movimento de Reconceitualização¹² Profissional, questionando as bases da própria profissional e lançando olhar autocrítico, baseado em leituras marxianas, o mesmo não se pode dizer sobre a apreensão do conceito de gênero. Apesar de inegáveis avanços em diversos aspectos da realidade, durante muitos anos o debate de gênero foi considerado secundário, realidade ainda não superada pela categoria.

Foi somente em 1990 que, na academia, consolidou-se a denominação “estudos de gênero”, substituindo a expressão anterior, “estudos da condição feminina”. A aproximação dos movimentos feministas nessa época fez com que o Serviço Social se inserisse nas pautas relacionadas à violência contra mulheres, racismo, homofobia, entre outras (LISBOA, 2010). Três anos mais tarde, consolidou-se o Código de Ética Profissional vigente, reafirmando a direção hegemônica na categoria no que tange o compromisso com outra ordem societária, “sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993). Em 1996, na consolidação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social¹³, o gênero reaparece nos documentos profissionais como uma categoria importante a ser trabalhada na formação. Esses marcos representam uma inegável conquista da categoria, que hoje nega qualquer resquício de neutralidade e se posiciona, em tese, ao lado da classe trabalhadora.

Entretanto, ainda que estabelecidos na dimensão legal, tais marcos não garantem a incorporação desses valores no cotidiano profissional. Iamamoto (2000) afirma que as “discriminações sociais de gênero, raça e etnia, vicejam na formação cultural do país e ultrapassam largamente as fronteiras do meio profissional, embora nele também se atualizem” (IAMAMOTO, 2000, p. 100). Portanto, o Serviço Social não está isento da reprodução de comportamentos e práticas machistas, classistas e racistas. Não raro, em muitas ocasiões, o exercício profissional acaba por reiterar tais condutas.

Do mesmo modo, as profissionais sentem, elas próprias, o peso do patriarcado. Isso, não significa, porém, que apenas os valores individuais e subjetivos sejam os orientadores da prática profissional. Iamamoto (2014) chama atenção para a necessidade de apreensão da profissão a partir desses dois ângulos indissociáveis: individual e coletivo. Isto é, a realidade vivida e representada através da consciência de seus agentes profissionais; ao mesmo tempo em que a atuação profissional enquanto atividade socialmente determinada

¹² Ver Netto, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

¹³ ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária** de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 29 Mai 2019.

por circunstâncias objetivas, que ultrapassam a apreensão individual e teórico-ideológica de cada sujeito social.

Apontar a vinculação histórica entre gênero e Serviço Social e a necessidade de apreensão crítica do conceito, não significa colocar a carga da profissão o peso de, isoladamente, mudar a realidade. A tarefa não diz respeito a uma profissão específica. Requer, na verdade, a participação de toda sociedade na promoção de mudanças a nível estrutural, alterando, no limite, as bases do próprio sistema econômico vigente.

ENCONTRANDO BRECHAS: PROPOSTAS PARA UM FAZER PROFISSIONAL COMPROMETIDO COM A APREENÇÃO CRÍTICA DA CATEGORIA DE GÊNERO

Ao assumir que a “questão social” é o principal objeto de trabalho desta categoria profissional, dizemos que as assistentes sociais devem estar preparadas para intervir nos rebatimentos da sociedade capitalista como, por exemplo, a pobreza extrema, o desemprego, a violência e a falta de acesso às políticas públicas. Do mesmo modo, ao pensarmos na complexidade das relações sociais e nas formas como as expressões da questão social manifestam-se, a competência profissional deve incluir a apropriação crítica do debate de gênero com vistas a uma atuação que viabilize direitos sociais, em contrapartida a uma que agudiza e reforça preconceitos.

Partindo do pressuposto de que a prática profissional se corporifica e se dá através de sujeitos sociais, a construção de estratégias para ampliar o debate de gênero no interior da categoria deve levar em conta as escolhas e vivências pessoais de seus atores. As questões subjetivas, éticas e morais dos sujeitos sociais são produtos e processos da sociedade. Sofrem influências, impactos e consequências do contexto social na qual estão inseridas e vice-versa. Existem condições históricas, mas há também a ação teleológica de seres humanos livres, orientada por suas visões de mundo, em uma dimensão subjetiva (BEZERRA E VELOSO, 2004). Subjetividade que, por sua vez, é, necessariamente, resultado da inserção do indivíduo no mundo; sempre construída historicamente.

Quando afirma que a prática profissional é condicionada por fatores internos (capacidade de leitura, estratégias e técnicas profissionais, habilidades no trato das relações humanas) e externos (meios de trabalho aos quais a profissional tem acesso), Iamamoto (2000) está considerando também a apreensão subjetiva que os sujeitos sociais têm do mundo. Nesse sentido, como estratégia de aproximação crítica entre o Serviço Social e o gênero, destacamos a formação como um momento importante em que é possível desenvolver um olhar integral e questionador sobre a realidade. Uma profissão que defende uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos, inserida numa sociedade que

mata, culpabiliza e violenta diariamente as mulheres, precisa comprometer-se, desde o momento da formação de novas profissionais, com o debate responsável acerca do gênero.

A graduação pode ser considerada como uma oportunidade preciosa de ampliar e, muitas vezes, modificar visões de mundo nunca antes questionadas. A obrigatoriedade de disciplinas que abordem diretamente a questão do gênero está expressa nas diretrizes curriculares do Serviço Social. Apesar disso, a realidade se mostra aquém das necessidades existentes, levando em conta o quadro social atual, marcado pelo machismo e pelo domínio patriarcal.

Hoje, disciplinas de gênero são comumente ofertadas como eletivas, ficando a cargo do corpo docente, ofertá-las ou não e do corpo discente, optar ou não por cursá-las. Dessa forma, muitas vezes os cursos de Serviço Social subutilizam a potência existente na formação, renunciando a um debate essencial para a categoria. Isso não significa dizer que ter disciplinas que discutam o gênero e, conseqüentemente a cultura hegemônica, garanta que as futuras profissionais sejam, necessariamente, implicadas na desconstrução de ideologias arraigadas na sociedade. O fato é que a falta de oferta de tais disciplinas como sendo obrigatórias, dificulta qualquer provocação teórica a respeito do tema durante a graduação.

Ao pensarmos nas possíveis lacunas deixadas pela formação, nos deparamos com a possibilidade de que profissionais cheguem ao campo de atuação despreparados para intervir em uma realidade complexa e dinâmica, que engloba as demandas do gênero. Ao observarmos as graduações à distância, o quadro é ainda mais grave, uma vez que os alunos têm poucas oportunidades de debates presenciais e de uma vivência mais coletiva. Contudo, é possível reverter ou ao menos reduzir o hiato frequente na etapa de formação, a partir de ações acessíveis ao corpo profissional da categoria.

A participação em seminários e congressos profissionais e multiprofissionais, por exemplo, é um importante vetor de troca de informações, contribuindo diretamente para a qualificação profissional. Sinalizando certo esforço da categoria em se apropriar do debate, a inserção do eixo de gênero nos eventos de Serviço Social tem sido cada vez mais comum. Além disso, entidades da categoria, instituições públicas e instituições particulares – nesse segundo caso, a partir de coletivos feministas – oferecem cursos de capacitação *online* e presencial, que possibilitam apreender o debate de gênero mesmo após a graduação. Outro investimento viável para qualificação profissional é a retomada do contato com as universidades para participação em grupos de estudos e atividades de extensão.

A inserção de estagiários nos campos socio-ocupacionais do Serviço Social também apresenta-se como uma potente ferramenta para o aprofundamento na realidade social por parte do profissional. Quando ambas estão abertas para a troca de experiências,

supervisora e estagiária aprendem mutuamente. O novo olhar de quem não está inserido em determinado campo de prática, provoca novos questionamentos às assistentes sociais, possibilitando que a atuação profissional se dê a partir de diferentes ângulos. Como última proposta, sugerimos pensar na criação de eventos sobre o tema nos diversos locais em que estão inseridas as assistentes sociais, com o objetivo, já apresentado, de estimular e intensificar sua apreensão dentro das instituições.

As propostas aqui elencadas têm o objetivo de dar luz a novas ideias ou mesmo incentivar formas criativas de intervenção na realidade, que se modifica a cada dia. Nesse sentido, essas propostas surgem através do cotidiano e se corporificam através dele. Ao buscarmos qualificação profissional, ficarão cada vez mais claros os caminhos que devemos seguir no âmbito da atuação profissional. É através do aporte teórico que seremos suficientemente capazes de correlacionar e interseccionar debates a fim de termos uma visão crítica da realidade social e uma atuação condizente com os caminhos emancipatórios que estão no norte da profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura política, de retração de políticas públicas combinada com forte onda conservadora, a nível nacional e mundial, novos desafios são colocados para as assistentes sociais e para a classe trabalhadora de modo geral. Frente a isso, precisaremos lançar mão de ferramentas políticas e saberes teóricos críticos, a fim de embasar uma prática que vá na contramão da lógica patriarcal, com vistas à emancipação humana.

O debate de gênero encontra o Serviço Social desde o início da profissão. Desde os objetivos de sua criação, passando pela vivência de suas profissionais e chegando até a população usuária, diversa entre si e com complexas questões, o conceito traz importantes elementos para assistentes sociais pensarem no processo histórico da categoria e para responder as demandas de uma realidade viva e dinâmica. A partir da proximidade com a vida cotidiana e do contato direto com a população, a profissão tem muito a contribuir com o conhecimento voltado à elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas comprometidas a promover a equidade de gênero.

A perspectiva crítica de assimilação do gênero se deu recentemente na categoria, por volta dos anos 1990. Ao longo da história, foi usado para legitimar a dominação e exploração da mulher e para a manutenção da sociedade patriarcal capitalista. Apesar do inegável avanço de marcos legais no interior da categoria, como o Código de Ética de 1996 e as Diretrizes Curriculares, que apontam para uma direção crítica do gênero, ainda é

preciso avançar na compreensão do conceito, com vistas a uma prática que não legitime atitudes machistas.

Portanto, pensar o gênero a partir de sua transversalidade e potência é um compromisso que deve ser assumido pela categoria, uma vez que a profissão está lidando o tempo todo com questões de gênero no interior de sua prática. Diante de uma formação que, muitas vezes, não oferece subsídios para tal, como possíveis caminhos de aproximação crítica, apontamos a obrigatoriedade de disciplinas que se debrucem sobre o gênero na graduação e a inserção de profissionais em espaços de debates coletivos e críticos na perspectiva do gênero; e constante capacitação de profissionais com vias a uma prática profissional que esteja em consonância com a direção hegemônica da categoria, expressa no Projeto Ético Político da Profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 29 Mai 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

BEZERRA, V. **GÊNERO, MARXISMO E SERVIÇO SOCIAL**. Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429/5848>>. Acesso em 03 Mai 2019.

BEZERRA, V.; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social**: os desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Gênero e sociedade**: Uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. In: Teoria & Sociedade, nº 12, Rio de Janeiro, 2004, p. 106-125.

BRUSCHINI, C.; **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane, (Orgs). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 49-79.

CERQUEIRA, Daniel (coord.) **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 02. Mai. 2019.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 29 Abr 2019.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledes** 12 jul. 2011; Disponível em <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em 01 Mai 2019.

FEDERICI, S.. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

IAMAMOTO, M. V.. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IZQUIERDO, M. J. **Bases Materiais do sistema sexo/gênero**. Universidade Autônoma de Barcelona. Tradução do SOF (Sempre Viva Organizações Feministas). São Paulo: s/d.

KIEL, Maria. **Trabalho da Mulher Fora do Lar**. Tese apresentada na 4ª Semana de Ação Social. São Paulo, 1940.

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e serviço social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Revista Katálysis. Florianópolis. V. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2019.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, T. M. S. **Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2006.